

## SUMÁRIO

ESTRUTURA DA OBRA .....	7
APRESENTAÇÃO À 5.ª EDIÇÃO .....	11
APRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO .....	13
APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO .....	15
APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO .....	17
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO .....	19

## PARTE GERAL

### Capítulo I

#### DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal .....	59
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo .....	59
3. Política criminal .....	60
4. Criminologia .....	60
Síntese .....	61

### Capítulo II

#### EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal .....	62
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil .....	70
Síntese .....	71

### Capítulo III

#### PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância .....	72
2. Princípios de direito penal .....	72
2.1 Constitucionais explícitos .....	72

2.1.1	Legalidade (ou reserva legal) .....	72
2.1.2	Anterioridade.....	72
2.1.3	Retroatividade da lei penal benéfica.....	73
2.1.4	Personalidade ou da responsabilidade pessoal.....	73
2.1.5	Individualização da pena.....	73
2.1.6	Humanidade .....	74
2.2	Constitucionais implícitos.....	74
2.2.1	Intervenção mínima (subsidiariedade).....	74
2.2.2	Fragmentariedade.....	76
2.2.3	Culpabilidade .....	76
2.2.4	Taxatividade .....	77
2.2.5	Proporcionalidade .....	77
2.2.6	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato .....	78
• Pontos relevantes para debate:		
	A dignidade da pessoa humana como princípio penal .....	78
	A lesividade (ou ofensividade) como princípio de Direito Penal.....	79
	Síntese.....	80

#### Capítulo IV

#### FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1.	Fontes do direito penal.....	81
1.1	Iniciativa de leis em matéria penal.....	83
1.2	Costume e fonte do direito penal .....	84
1.3	Plebiscito e referendo como fontes do direito penal.....	84
2.	Interpretação e integração no direito penal.....	85
	Síntese.....	87

#### Capítulo V

#### LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1.	Conceito de legalidade .....	88
1.1	Origem histórica .....	88
1.2	Legalidade e garantismo penal.....	89
1.3	Legalidade material e legalidade formal.....	89
2.	Conceito de anterioridade .....	90
3.	Extensão da palavra <i>crime</i> .....	90
4.	Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança .....	90
5.	Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade .....	91
	Síntese.....	94

Capítulo VI  
 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo .....	95
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito) .....	96
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica ( <i>novatio legis in melius</i> ) ....	96
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial ( <i>novatio legis in pejus</i> )....	97
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis .....	97
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu .....	98
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	99
5. Crime permanente e lei penal benéfica .....	101
6. Crime continuado e lei penal benéfica .....	101
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica.....	102
8. Leis intermitentes .....	103
8.1 Extensão e eficácia .....	103
• Ponto relevante para debate:	
A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal .....	104
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência .....	105
Síntese.....	109

Capítulo VII  
 TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime .....	113
2. Alcance da teoria da atividade .....	113
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas .....	113
4. Teorias sobre o lugar do crime .....	114
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP .....	114
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas .....	115
Síntese.....	115

Capítulo VIII  
 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade .....	116
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço .....	116
3. Conceito de território e seus elementos .....	116
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos .....	117



3.2	Espaço aéreo .....	117
3.3	Mar territorial brasileiro.....	117
4.	Território brasileiro por equiparação.....	118
4.1	Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	119
4.2	A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	119
5.	Critérios para a extraterritorialidade .....	120
5.1	Crítica à extraterritorialidade incondicionada.....	120
5.2	Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	121
5.3	Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	122
5.4	Condições para a extraterritorialidade .....	123
6.	Extradicação .....	124
6.1	Espécies de extradicação e fonte legislativa.....	124
6.2	Requisitos para a concessão.....	124
7.	Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal .....	129
8.	Outras exceções à regra da territorialidade .....	129
8.1	Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	130
8.2	Imunidades diplomáticas .....	131
8.2.1	Abrangência, extensão e exclusão da imunidade .....	131
8.2.2	Características das imunidades diplomáticas .....	132
8.3	Imunidades consulares.....	133
8.4	Imunidades parlamentares .....	134
8.4.1	Natureza jurídica da imunidade substantiva.....	135
8.4.2	Características da imunidade substantiva.....	135
8.4.3	Características da imunidade processual.....	137
8.5	Outras imunidades e foros privilegiados.....	138
8.5.1	Deputados estaduais .....	138
8.5.2	Vereadores.....	139
8.5.3	Advogados.....	139
8.5.4	Prefeitos.....	141
9.	Direito penal internacional e direito internacional penal.....	141
	Síntese.....	142

## Capítulo IX

### EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional .....	144
2.	Hipóteses para a homologação.....	144
2.1	Reparação civil do dano causado à vítima.....	144

2.2	Aplicação de medida de segurança .....	145
2.3	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro .....	145
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação ..	145
	Síntese .....	146

### Capítulo X

#### CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1.	Prazos penais e processuais penais .....	147
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo .....	147
3.	Frações não computáveis da pena .....	148
	Síntese .....	148

### Capítulo XI

#### CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1.	Conceito .....	150
2.	Critério da sucessividade .....	151
3.	Critério da especialidade .....	151
4.	Critério da subsidiariedade (tipo de reserva) .....	153
5.	Critério da absorção (ou consunção).....	153
6.	Critério da alternatividade.....	154
	Síntese.....	155

### Capítulo XII

#### CRIME

1.	Conceito de crime .....	160
1.1	Conceito material.....	160
1.2	Conceito formal .....	161
1.3	Conceito analítico .....	161
2.	Diferença entre crime e contravenção penal .....	165
3.	Sujeitos e objetos do crime .....	166
3.1	Sujeito ativo .....	166
	• Ponto relevante para debate:	
	A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime.....	166
3.2	Sujeito passivo .....	168
3.3	Objeto do crime .....	169
4.	Classificação dos crimes .....	169
4.1	Crimes comuns e próprios .....	170
4.2	Crimes instantâneos e permanentes .....	171

4.3	Crimes comissivos e omissivos.....	173
4.4	Crimes de atividade e de resultado .....	173
4.5	Crimes de dano e de perigo.....	174
4.6	Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos .....	174
4.7	Crimes progressivos e crimes complexos .....	174
4.8	Progressão criminosa .....	175
4.9	Crime habitual.....	176
4.10	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes .....	177
4.11	Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	177
4.12	Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas) .....	177
4.13	Crimes remetidos .....	178
4.14	Crimes condicionados.....	178
4.15	Crimes de atentado (ou de empreendimento) .....	178
	Síntese.....	178

### Capítulo XIII TIPICIDADE

1.	Apresentação.....	183
2.	Conceito de tipo penal e sua estrutura .....	183
2.1	Elementos do tipo penal incriminador .....	184
2.2	Classificação do tipo .....	186
3.	Conceito de conduta penalmente relevante.....	191
•	Ponto relevante para debate:	
	A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais.....	196
4.	Conceito de resultado.....	197
5.	Conceito de nexos causal.....	198
5.1	Teorias que cuidam do nexos de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva) .....	198
5.2	Causas independentes e relativamente independentes .....	206
5.2.1	Concausas e seus efeitos .....	206
5.3	Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios .....	213
5.3.1	Natureza jurídica da omissão própria.....	213
5.3.2	Significado da expressão <i>penalmente relevante</i> .....	214
5.3.3	Dever de agir .....	214
5.3.3.1	Dever de agir imposto por lei .....	215



5.3.3.2	Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado .....	215
5.3.3.3	Dever de agir por ter gerado o risco .....	215
6.	Conceito de tipicidade e excludentes .....	216
6.1	Adequação social .....	217
6.2	Insignificância .....	218
	Síntese .....	218

#### Capítulo XIV

#### ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1.	Conceito de dolo .....	219
2.	Distinção entre dolo genérico e dolo específico .....	219
3.	Características do dolo .....	220
4.	Conceito de dolo direto .....	220
4.1	Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau .....	221
5.	Conceito de dolo indireto ou eventual .....	221
	• Ponto relevante para debate:	
	A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito .....	222
6.	Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual .....	223
7.	Outras classificações do dolo .....	223
8.	Conceito de culpa .....	225
9.	Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente .....	225
10.	Elementos da culpa .....	225
11.	Situações peculiares no campo da culpa .....	226
12.	Espécies de culpa .....	228
12.1	Distinção entre imperícia e erro profissional .....	229
13.	Diferença entre culpa consciente e dolo eventual .....	229
	Síntese .....	230

#### Capítulo XV

#### CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1.	Conceito .....	235
2.	Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso .....	235
3.	Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador .....	236
4.	Classificação dos crimes qualificados pelo resultado .....	237
	Síntese .....	239

## Capítulo XVI

## ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade) .....	240
2. Excludentes de ilicitude .....	240
3. Classificação das excludentes de ilicitude .....	241
4. Elemento subjetivo nas excludentes.....	242
5. Conceito de estado de necessidade .....	244
5.1 Espécies de estado de necessidade.....	244
5.2 Requisitos do estado de necessidade .....	246
5.2.1 Existência de perigo atual .....	246
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo .....	247
• Ponto relevante para debate:	
A valoração da vontade no contexto da produção do perigo.....	247
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão .....	248
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro.....	248
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado.....	249
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo .....	249
5.3 Causa de diminuição de pena.....	249
6. Conceito e fundamento da legítima defesa .....	250
6.1 Elementos da legítima defesa .....	251
6.1.1 Injustiça da agressão .....	251
6.1.2 Atualidade ou iminência da agressão .....	252
6.1.3 Agressão contra direito próprio ou de terceiros .....	253
• Ponto relevante para debate:	
A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério.....	255
6.1.4 Utilização dos meios necessários para a reação .....	257
6.1.5 Moderação da reação.....	259
6.1.6 Proporcionalidade na legítima defesa .....	260
6.1.6.1 Ofendículos .....	260
• Ponto relevante para debate:	
A natureza jurídica dos ofendículos.....	260
6.2 Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa .....	263
6.2.1 Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude .....	263
6.2.2 Legítima defesa contra pessoa jurídica .....	264
6.2.3 Legítima defesa contra agressão de inimputáveis .....	264
6.2.4 Legítima defesa sucessiva .....	265
6.2.5 Legítima defesa contra multidão .....	265
6.2.6 Legítima defesa contra provocação.....	265



6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares.....	266
6.2.8	Legítima defesa por omissão.....	266
6.2.9	Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	267
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal.....	268
7.1	Situações de cumprimento de dever legal.....	268
8.	Conceito de exercício regular de direito.....	269
8.1	Situações de exercício regular de direito.....	270
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	271
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido.....	271
8.2.2	O trote acadêmico ou militar.....	271
8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores.....	271
8.2.4	As lesões praticadas no esporte.....	272
9.	Consentimento do ofendido.....	273
	• Ponto relevante para debate:	
	O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude.....	276
9.1	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	278
10.	Os excessos no contexto das excludentes.....	279
10.1	Modalidades de excessos.....	280
	Síntese.....	282

## Capítulo XVII CULPABILIDADE

1.	Conceito de culpabilidade.....	283
1.1	Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	287
1.2	Conceito de co-culpabilidade.....	288
2.	Excludentes de culpabilidade.....	289
2.1	Excludentes concernentes ao agente do fato.....	289
2.1.1	Imputabilidade penal.....	289
2.1.2	Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	291
	• Ponto relevante para debate:	
	A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu ( <i>in dubio pro reo</i> ).....	293
2.1.2.1	Conceito de perturbação da saúde mental.....	294
2.1.3	Embriaguez decorrente de vício.....	295
2.1.4	Menoridade.....	295
	• Ponto relevante para debate:	
	O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos.....	297

2.2	Excludentes concernentes ao fato.....	297
2.2.1	Coação moral irresistível.....	297
• Ponto relevante para debate:		
	A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas.....	299
2.2.2	Obediência hierárquica.....	299
2.2.3	Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior.....	300
2.2.3.1	Embriaguez voluntária ou culposa.....	301
2.2.3.2	A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	302
2.2.3.3	Caso fortuito ou força maior.....	304
2.2.3.4	Embriaguez incompleta fortuita.....	305
2.2.4	Erro de proibição escusável e discriminantes putativas.....	305
2.2.5	Inexigibilidade de conduta diversa.....	305
2.2.6	Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental.....	307
3.	Emoção e paixão.....	307
3.1	Emoção.....	307
3.2	Paixão.....	308
	Síntese.....	308

### Capítulo XVIII

#### CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1.	Crime consumado.....	310
2.	Tentativa.....	310
2.1	Conceito de crime tentado.....	310
2.2	Natureza jurídica da tentativa.....	311
2.3	Teorias fundamentadoras da punição da tentativa.....	312
2.4	Dolo e culpa na tentativa.....	313
2.5	Conceito e divisão do <i>iter criminis</i> .....	313
• Ponto relevante para debate:		
	Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime.....	315
2.6	Tentativa e dolo eventual.....	317
2.7	Tentativa e crime de ímpeto.....	320
2.8	Crimes que não admitem a tentativa.....	321
2.9	Critério para a diminuição da pena na tentativa.....	324
2.10	Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita.....	325
2.11	Diferença entre crime falho e tentativa falha.....	325
3.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	326
3.1	Conceito de desistência voluntária.....	326
3.1.1	Desistência momentânea.....	326

3.1.2	O problema da execução retomada .....	327
3.2	Conceito de arrependimento eficaz.....	328
3.3	Natureza jurídica.....	328
3.4	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade .....	330
3.5	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa.....	330
4.	Arrependimento posterior .....	330
4.1	Conceito.....	330
4.2	Natureza jurídica.....	331
4.3	Requisitos para a aplicação.....	331
•	Ponto relevante para debate:	
	A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior .....	333
4.4	Critérios para a diminuição da pena .....	334
4.5	Análise crítica da Súmula 554 do STF .....	335
4.6	Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas.....	336
5.	Crime impossível .....	336
5.1	Conceito e natureza jurídica .....	336
5.2	Fundamento da não punição do crime impossível.....	336
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo .....	337
5.4	Análise dos elementos do crime impossível .....	337
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível .....	338
•	Ponto relevante para debate:	
	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível .....	339
	Síntese.....	339

## Capítulo XIX

### ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1.	Conceitos de erro e ignorância.....	343
2.	Conceito de erro de tipo.....	343
3.	Possibilidade de punição por crime culposos.....	343
4.	Erro escusável e erro inescusável.....	344
5.	Erro essencial e erro acidental .....	344
6.	Erro quanto à pessoa .....	344
7.	Erro determinado por terceiro .....	345
8.	Conceito de erro de proibição .....	345
9.	Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude .....	345
10.	Erro de proibição escusável e inescusável .....	346
11.	Diferença entre crime putativo e erro de proibição.....	347
12.	Conceito de discriminantes putativas .....	347



13. Divisão das descriminantes putativas.....	347
14. Natureza jurídica das descriminantes putativas .....	348
Síntese.....	349

## Capítulo XX

### CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas.....	354
2. Teorias do concurso de pessoas .....	354
3. Distinção entre co-autoria e participação.....	355
4. Critérios quanto à punição do partícipe .....	356
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo .....	356
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984.....	357
6.1 Punição do co-autor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade” .....	357
6.2 Participação de menor importância.....	358
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta).....	359
7. Requisitos do concurso de agentes .....	359
8. Autoria mediata.....	360
9. Autoria colateral.....	360
• Ponto relevante para debate:	
A co-autoria e a participação em crime culposo .....	361
10. Participação por omissão e conivência.....	362
11. Co-autoria em crime omissivo .....	362
• Ponto relevante para debate:	
A participação posterior à consumação do crime.....	363
12. Participação e cumplicidade.....	364
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias .....	365
• Ponto relevante para debate:	
A comunicação aos co-autores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo .....	365
13.1 Exceção quanto à elementar do crime .....	366
14. Casos de impunibilidade .....	368
Síntese.....	369

## Capítulo XXI

### TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena.....	370
2. Teorias extremadas da pena .....	371
3. Garantismo penal .....	373
• Pontos relevantes para debate:	
Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal.....	374

A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo.....	375
Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa.....	376
4. Cominação das penas.....	378
5. Princípios da pena.....	378
6. Espécies de penas.....	379
Síntese.....	379

## Capítulo XXII

### PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	380
2. Regime progressivo de cumprimento da pena.....	381
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar.....	387
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura.....	387
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso.....	388
6. Imprescindibilidade do regime fechado.....	388
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena.....	389
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime.....	389
9. Regime fechado.....	391
• Ponto relevante para debate:	
A aplicação do regime fechado à pena de detenção.....	391
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo.....	392
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado.....	393
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado.....	393
• Ponto relevante para debate:	
A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	395
9.4 Trabalho externo do condenado.....	396
10. Regime semi-aberto.....	396
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo.....	396
10.2 Situação do índio.....	397
11. Regime aberto.....	397
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso.....	397
12. Direitos do preso.....	398
12.1 Direito à visita íntima.....	398
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio.....	399
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso.....	399
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena.....	399

13. Trabalho do preso.....	401
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório .....	401
13.2 Trabalho do preso e remição.....	402
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave .....	402
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório.....	403
• Ponto relevante para debate:	
O benefício da remição ao preso provisório.....	403
13.2.3 Remição pelo estudo .....	404
14. Superveniência de doença mental .....	404
15. Detração .....	405
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	405
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração	406
15.3 Detração e pena de multa.....	406
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena .....	406
15.5 Detração e suspensão condicional da pena .....	407
Síntese.....	407

### Capítulo XXIII

#### PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos .....	408
2. Natureza jurídica .....	408
3. Espécies de penas restritivas de direitos .....	409
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos .....	410
• Ponto relevante para debate:	
A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados.....	411
5. Momentos para a conversão.....	413
6. Exigências para a conversão .....	413
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	415
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos .....	417
8.1 Prestação pecuniária .....	417
• Ponto relevante para debate:	
A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas .....	419
8.2 Perda de bens ou valores.....	420
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	420
8.4 Interdição temporária de direitos .....	421
8.5 Limitação de fim de semana .....	422
Síntese.....	423



Capítulo XXIV  
PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa.....	424
2. Critérios para a fixação da pena de multa .....	425
• Ponto relevante para debate:	
O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa .....	426
3. O valor do dia-multa em salário mínimo .....	427
4. Atualização monetária da multa.....	428
5. Pagamento da multa .....	429
6. Multa como dívida de valor .....	429
• Ponto relevante para debate:	
A competência judiciária para a execução da pena pecuniária .....	429
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição.....	430
Síntese.....	430

Capítulo XXV  
APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito .....	431
• Ponto relevante para debate:	
As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário.....	431
2. Circunstâncias judiciais .....	431
3. Pena-base .....	432
3.1 Critérios para a fixação da pena-base .....	432
4. Elementos do art. 59 do Código Penal.....	439
4.1 Culpabilidade .....	439
• Ponto relevante para debate:	
Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor.....	440
4.2 Antecedentes .....	444
• Ponto relevante para debate:	
O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i> .....	444
4.3 Conduta social.....	445
4.4 Personalidade .....	446
4.5 Motivos do crime .....	446
4.6 Circunstâncias do crime.....	448
4.7 Conseqüências do crime .....	448
4.8 Comportamento da vítima .....	448
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena .....	450

6. Substituição da pena privativa de liberdade .....	450
7. Agravantes e atenuantes .....	450
7.1 Agravantes .....	451
7.1.1 Motivo fútil.....	451
7.1.2 Motivo torpe .....	453
7.1.3 Motivação torpe específica.....	453
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido .....	454
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum .....	454
7.1.6 Relações familiares .....	455
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher ..	455
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever .....	456
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida .....	457
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade.....	459
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública.....	460
7.1.12 Embriaguez preordenada.....	460
7.1.13 Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa..	460
7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa.....	461
7.1.13.2 Coação ou indução ao crime .....	461
7.1.13.3 Instigação ou determinação para o delito.....	461
7.1.13.4 Criminoso mercenário .....	461
7.1.14 Reincidência.....	461
7.1.14.1 Conceito .....	461
• Ponto relevante para debate:	
A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato ( <i>ne bis in idem</i> ).....	462
7.1.14.2 Espécies de reincidência.....	462
• Ponto relevante para debate:	
A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal .....	463
7.1.14.3 Efeitos da reincidência .....	464
7.1.14.4 Caducidade da condenação anterior .....	465
7.1.14.5 Crimes militares próprios e impróprios.....	465
7.1.14.6 Crime político.....	466
7.2 Atenuantes .....	467
7.2.1 Menoridade relativa.....	468
7.2.2 Senilidade .....	468
7.2.3 Desconhecimento da lei .....	469
7.2.4 Relevante valor social ou moral .....	470
7.2.5 Arrependimento.....	471
7.2.6 Coação resistível.....	471
7.2.7 Cumprimento de ordem superior .....	471

7.2.8	Violenta emoção.....	471
7.2.9	Confissão espontânea .....	472
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto.....	473
7.2.11	Atenuante inominada .....	474
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes.....	474
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	474
8.	Cálculo da pena.....	476
8.1	Sistemas para a fixação da pena.....	476
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras.....	478
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais.....	478
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição.....	479
8.5	Crítério para aplicação dos aumentos e das diminuições .....	479
	Síntese.....	480

## Capítulo XXVI CONCURSO DE CRIMES

1.	Conceito e critério de análise.....	483
2.	Sistemas do concurso de crimes .....	483
2.1	Sistema da acumulação material.....	483
2.2	Sistema da exasperação da pena.....	484
2.3	Sistema da absorção.....	484
2.4	Sistema da acumulação jurídica.....	484
3.	Concurso material .....	485
3.1	Conceito.....	485
3.2	Crítérios para a aplicação da pena .....	485
3.3	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	485
4.	Concurso formal.....	486
4.1	Conceito.....	486
4.2	Concurso formal perfeito e imperfeito.....	486
•	Ponto relevante para debate:	
	A amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i> .....	487
4.3	Concurso material favorável ou benéfico.....	488
4.4	Concorrência de concursos .....	489
5.	Crime continuado.....	489
5.1	Conceito.....	489
5.2	Natureza jurídica.....	490
5.3	Teorias do crime continuado.....	491
5.4	Crimes da mesma espécie.....	492
5.5	Condições de tempo.....	493



5.6	Condições de espaço.....	493
5.7	Formas de execução.....	494
5.8	Outras circunstâncias semelhantes.....	494
•	Ponto relevante para debate:	
	O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional.....	495
5.9	CrITÉrio de dosagem do aumento.....	495
5.10	Crime continuado e imputabilidade.....	496
5.11	Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos.....	496
5.12	Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas.....	497
5.13	Espécies de crime continuado.....	497
5.14	Diferença entre crime continuado e delito habitual.....	497
•	Ponto relevante para debate:	
	A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes.....	498
6.	Concurso de infrações e execução da pena.....	498
	Síntese.....	499

### Capítulo XXVII

#### ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1.	Conceito de erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> ).....	504
2.	Modalidades de erro na execução.....	504
3.	Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i> .....	505
4.	Conceito de resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i> ).....	506
	Síntese.....	507

### Capítulo XXVIII

#### LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1.	Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento.....	508
2.	Unificação das penas em 30 anos.....	512
3.	Modo de unificação.....	513
	Síntese.....	514

### Capítulo XXIX

#### SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1.	Conceito e aspectos históricos.....	515
2.	Natureza jurídica.....	515
3.	Requisitos para a sua concessão.....	516
4.	Espécies de <i>sursis</i> .....	516
•	Ponto relevante para debate:	
	A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu.....	517

5. Pontos controversos .....	518
5.1 <i>Sursis</i> e indulto.....	518
5.2 Existência de processos em andamento.....	518
5.3 Réu ausente.....	518
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil.....	519
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário.....	520
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	521
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo .....	522
6. Período de prova e escolha das condições .....	522
7. Causas de revogação .....	524
7.1 Revogação obrigatória .....	524
7.2 Revogação facultativa .....	525
8. Prorrogação do período de prova .....	525
9. Finalização do <i>sursis</i> .....	526
Síntese.....	527

### Capítulo XXX

#### LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos.....	528
2. Natureza jurídica.....	529
3. Requisitos para a sua concessão.....	529
3.1 Objetivos .....	529
3.2 Subjetivos.....	530
• Ponto relevante para debate:	
A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional, após o advento da Lei 10.792/2003 .....	531
4. Duração do livramento.....	532
5. Pontos polêmicos .....	532
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	532
5.2 Livramento condicional cautelar.....	533
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	533
6. Parecer do Conselho Penitenciário .....	534
7. Soma das penas para efeito de livramento .....	534
8. Condições do livramento condicional.....	534
8.1 Obrigatórias .....	534
8.2 Facultativas .....	535

9. Revogação do livramento.....	535
9.1 Causas obrigatórias.....	535
9.2 Causas facultativas.....	535
9.3 Prévia oportunidade de defesa.....	536
9.4 Livramento insubsistente.....	536
10. Efeitos da revogação.....	536
11. Extinção da pena e prorrogação automática.....	536
Síntese.....	537

### Capítulo XXXI

#### EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação.....	538
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória.....	539
3. Efeitos genéricos.....	540
3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano.....	540
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita.....	540
4. Efeitos específicos.....	542
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	542
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela.....	543
4.3 Inabilitação para dirigir veículo.....	544
Síntese.....	545

### Capítulo XXXII

#### REABILITAÇÃO

1. Conceito.....	546
2. Competência para a concessão de reabilitação.....	547
3. Prazo e procedimento.....	548
4. Indeferimento da reabilitação e recursos.....	549
5. Reabilitação e reincidência.....	549
6. Reabilitação <i>em porções</i> .....	549
Síntese.....	549

### Capítulo XXXIII

#### MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito.....	550
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança.....	550
3. Espécies de medidas de segurança.....	551
4. Extinção de punibilidade.....	551
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança.....	552
6. Sentença de absolvição imprópria.....	553



7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial.....	553
8. Duração da medida de segurança.....	554
9. Culpabilidade e periculosidade.....	554
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução.....	555
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena.....	555
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena.....	556
12. Detração e medida de segurança.....	557
13. Exame de cessação da periculosidade.....	558
14. Condições para a desinternação ou liberação.....	558
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável.....	560
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum.....	560
Síntese.....	560

#### Capítulo XXXIV AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal.....	561
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada.....	562
3. Critério de iniciativa da ação penal.....	562
4. Espécies de ação penal, quanto ao pólo ativo.....	563
5. Ação penal no crime complexo.....	564
Síntese.....	566

#### Capítulo XXXV EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade.....	567
2. Causas gerais e específicas.....	568
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade.....	569
4. Momentos de ocorrência.....	569
5. Morte do agente.....	570
• Ponto relevante para debate:	
As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente.....	571
6. Anistia.....	572
7. Graça ou indulto individual.....	573
8. Indulto coletivo.....	574
9. <i>Abolitio criminis</i> .....	575
10. Decadência.....	575

11. Perempção.....	577
12. Renúncia e perdão.....	577
13. Retratação .....	578
14. Perdão judicial .....	579
• Ponto relevante para debate:	
A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial.....	580
15. Prescrição.....	581
15.1 Conceito e teorias justificadoras .....	581
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição .....	582
• Ponto relevante para debate:	
A prescrição da medida de segurança .....	583
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública .....	584
• Ponto relevante para debate:	
A influência da detração no cálculo prescricional.....	585
15.4 Modalidades de prescrição.....	585
• Ponto relevante para debate:	
A interferência da prescrição antecipada ou virtual no direito de punir do Estado .	586
15.5 Termos iniciais da prescrição.....	589
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	592
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP .....	594
15.7 Causas interruptivas da prescrição.....	594
• Ponto relevante para debate:	
A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado .....	597
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas.....	598
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	598
17. Prescrição em leis especiais .....	600
18. Prescrição e perdão judicial .....	600
Síntese.....	601

## PARTE ESPECIAL

Introdução à Parte Especial.....	611
----------------------------------	-----

### TÍTULO I

#### DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

##### Capítulo I

#### DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – art. 121.....	613
---------------------------	-----

• Pontos relevantes para debate:	
A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	616
A existência de homicídio simples hediondo.....	618
A existência de homicídio qualificado-privilegiado.....	618
A aceitação do homicídio qualificado-privilegiado hediondo.....	619
A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio.....	619
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – <i>art. 122</i> .....	620
• Ponto relevante para debate:	
O auxílio por omissão.....	622
A solução para o denominado pacto de morte.....	622
Infanticídio – <i>art. 123</i> .....	623
• Ponto relevante para debate:	
O concurso de pessoas no infanticídio.....	625
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – <i>art. 124</i> .....	625
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – <i>art. 125</i> .....	627
Aborto provocado por terceiro com consentimento – <i>art. 126</i> .....	628
Formas qualificadas de aborto – <i>art. 127</i> .....	629
Excludentes de ilicitude – <i>art. 128</i> .....	630
• Pontos relevantes para debate:	
A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida.....	631
A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	632
A autorização do aborto eugênico.....	632

## Capítulo II DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – <i>art. 129</i> .....	635
• Ponto relevante para debate:	
A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal.....	645

## Capítulo III Da Periclitación da Vida e da Saúde

Perigo de contágio venéreo – <i>art. 130</i> .....	647
Perigo de contágio de moléstia grave – <i>art. 131</i> .....	648
Perigo para a vida ou saúde de outrem – <i>art. 132</i> .....	650
Abandono de incapaz – <i>art. 133</i> .....	651
Exposição ou abandono de recém-nascido – <i>art. 134</i> .....	653
Omissão de socorro – <i>art. 135</i> .....	654



• Ponto relevante para debate:	
As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio .....	656
Maus-tratos – <i>art. 136</i> .....	657
Capítulo IV	
Da Rixa	
Rixa – <i>art. 137</i> .....	659
Capítulo V	
Dos Crimes Contra a Honra	
Calúnia – <i>art. 138</i> .....	662
Difamação – <i>art. 139</i> .....	664
Injúria – <i>art. 140</i> .....	666
Disposições comuns – <i>arts. 141 a 145</i> .....	669
Capítulo VI	
Dos Crimes Contra a Liberdade Individual	
Seção I	
Dos crimes contra a liberdade pessoal	
Constrangimento ilegal – <i>art. 146</i> .....	675
Ameaça – <i>art. 147</i> .....	677
Seqüestro e cárcere privado – <i>art. 148</i> .....	679
Redução a condição análoga à de escravo – <i>art. 149</i> .....	681
Seção II	
Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio	
Violação de domicílio – <i>art. 150</i> .....	683
Seção III	
Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência	
Violação de correspondência – <i>art. 151</i> .....	686
• Ponto relevante para debate:	
A violação da correspondência dos cônjuges.....	688
Violação de correspondência comercial – <i>art. 152</i> .....	689
Seção IV	
Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos	
Divulgação de segredo – <i>art. 153</i> .....	691
Violação do segredo profissional – <i>art. 154</i> .....	692

TÍTULO II  
Dos Crimes Contra o Patrimônio

Capítulo I  
DO FURTO

Furto – art. 155.....	695
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da casa habitada no furto noturno .....	703
O furto de coisas de estimação .....	703
O furto de cadáver .....	704
O furto de coisas de ínfimo valor .....	704
O furto de uso como crime .....	704
A trombada como furto ou roubo .....	705
A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º).....	705
Furto de coisa comum – art. 156 .....	705

Capítulo II  
DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – art. 157.....	708
• Pontos relevantes para debate:	
O roubo de uso .....	714
A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade .....	714
A existência da tentativa no roubo impróprio .....	714
O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento.....	715
Extorsão – art. 158.....	716
• Ponto relevante para debate:	
A proporcionalidade das penas do seqüestro relâmpago .....	721
Extorsão mediante seqüestro – art. 159.....	722
• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica .....	726
Extorsão indireta – art. 160 .....	726

Capítulo III  
DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – art. 161, caput.....	728
Usurpação de águas – art. 161, § 1.º, I.....	729
Esbulho possessório – art. 161, § 1.º, II .....	730

Supressão ou alteração de marca em animais – <i>art. 162</i> .....	732
Capítulo IV DO DANO	
Dano – <i>art. 163</i> .....	733
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – <i>art. 164</i> .....	734
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – <i>art. 165</i> .....	736
Alteração de local especialmente protegido – <i>art. 166</i> .....	737
Ação penal – <i>art. 167</i> .....	738
Capítulo V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA	
Apropriação indébita – <i>art. 168</i> .....	739
Apropriação indébita previdenciária – <i>art. 168-A</i> .....	740
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – <i>art. 169</i> ....	742
Causa de diminuição de pena – <i>art. 170</i> .....	744
Capítulo VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES	
Estelionato – <i>art. 171</i> .....	745
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.) .....	747
O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral .....	747
O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade.....	747
O estelionato como delito permanente .....	748
A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal .....	748
A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia .....	748
O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo ou serviço de prostituição.....	748
O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime.....	749
Duplicata simulada – <i>art. 172</i> .....	749
Abuso de incapazes – <i>art. 173</i> .....	751
Induzimento à especulação – <i>art. 174</i> .....	752
Fraude no comércio – <i>art. 175</i> .....	753
Outras fraudes – <i>art. 176</i> .....	755



• Ponto relevante para debate:	
A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176.....	756
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – <i>art. 177</i> .....	757
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – <i>art. 178</i> .....	759
Fraude à execução – <i>art. 179</i> .....	761

### Capítulo VII DA RECEPÇÃO

Recepção – <i>art. 180</i> .....	763
----------------------------------	-----

### Capítulo VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – <i>arts. 181 a 183</i> .....	767
---	-----

• Pontos relevantes para debate:	
O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição.....	769
A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável ....	769

## TÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

### Capítulo I DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – <i>art. 184</i> .....	771
<i>Art. 185</i> (Revogado pela Lei 10.695/2003).....	774
Ação penal – <i>art. 186</i> .....	774

### Capítulo II DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

<i>Arts. 187 a 191</i> (Revogados pela Lei 9.279/96).....	775
---	-----

### Capítulo III DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

<i>Arts. 192 a 195</i> (Revogados pela Lei 9.279/96).....	776
---	-----

### Capítulo IV DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

<i>Art. 196</i> (Revogado pela Lei 9.279/96).....	777
---	-----

## TÍTULO IV

## Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho

Atentado contra a liberdade de trabalho – <i>art. 197</i> .....	779
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – <i>art. 198</i> ...	781
Atentado contra a liberdade de associação – <i>art. 199</i> .....	782
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – <i>art. 200</i> .....	783
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – <i>art. 201</i> .....	784
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – <i>art. 202</i> ...	785
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – <i>art. 203</i> .....	787
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – <i>art. 204</i> .....	788
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – <i>art. 205</i> .....	789
Aliciamento para o fim de emigração – <i>art. 206</i> .....	790
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – <i>art. 207</i> ...	791

## TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO  
RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

## Capítulo I

## DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – <i>art. 208</i> .....	793
--	-----

## Capítulo II

## DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – <i>art. 209</i> .....	795
Violação de sepultura – <i>art. 210</i> .....	796
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – <i>art. 211</i> .....	797
Vilipêndio a cadáver – <i>art. 212</i> .....	798

## TÍTULO VI

## Dos Crimes Contra os Costumes

## Capítulo I

## DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – <i>art. 213</i> .....	801
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa.....	803
A análise do grau de resistência da mulher .....	803
Atentado violento ao pudor – <i>art. 214</i> .....	803
Posse sexual mediante fraude – <i>art. 215</i> .....	805

Atentado ao pudor mediante fraude – <i>art. 216</i> .....	806
Assédio sexual – <i>art. 216-A</i> .....	807
• Pontos relevantes para debate:	
A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a) .....	810
A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel .....	810
O afastamento do delito se há paixão do agente pela vítima .....	810

## Capítulo II

### DA SEDUÇÃO E DA CORRUPÇÃO DE MENORES

<i>Art. 217</i> (Revogado pela Lei 11.106/2005).....	811
Corrupção de menores – <i>art. 218</i> .....	811

## Capítulo III

### DO RAPTO

<i>Arts. 219 a 222</i> (Revogados pela Lei 11.106/2005).....	813
--	-----

## Capítulo IV

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – <i>arts. 223 a 226</i> .....	814
• Ponto relevante para debate:	
A presunção de violência que envolve a pessoa menor de 14 anos: absoluta ou relativa .....	817

## Capítulo V

### DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOAS

Mediação para servir a lascívia de outrem – <i>art. 227</i> .....	819
Favorecimento da prostituição – <i>art. 228</i> .....	821
Casa de prostituição – <i>art. 229</i> .....	823
• Ponto relevante para debate:	
A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive-in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade .....	824
A inviabilidade da prisão em flagrante .....	825
Rufianismo – <i>art. 230</i> .....	827
Tráfico internacional de pessoas – <i>art. 231</i> .....	828
Tráfico interno de pessoas – <i>art. 231-A</i> .....	830

## Capítulo VI

### Do Ultraje Público ao Pudor

Ato obsceno – <i>art. 233</i> .....	832
-------------------------------------	-----



• Ponto relevante para debate:	
A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica ...	833
Escrito ou objeto obsceno – <i>art. 234</i> .....	834
• Ponto relevante para debate:	
A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal .....	835

## TÍTULO VII

### DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

#### Capítulo I

#### DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – <i>art. 235</i> .....	837
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – <i>art. 236</i> .....	839
Conhecimento prévio de impedimento – <i>art. 237</i> .....	840
Simulação de autoridade para celebração de casamento – <i>art. 238</i> .....	841
Simulação de casamento – <i>art. 239</i> .....	842
<i>Art. 240</i> (Revogado pela Lei 11.106/2005) .....	843

#### Capítulo II

#### DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – <i>art. 241</i> .....	844
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – <i>art. 242</i> .....	845
Sonegação de estado de filiação – <i>art. 243</i> .....	847

#### Capítulo III

#### DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – <i>art. 244</i> .....	848
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – <i>art. 245</i> .....	850
Abandono intelectual – <i>art. 246</i> .....	851
Abandono moral – <i>art. 247</i> .....	852

#### Capítulo IV

#### DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – <i>art. 248</i> .....	854
• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de ser efetivada a fuga .....	855
Subtração de incapazes – <i>art. 249</i> .....	855

TÍTULO VIII  
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I  
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – <i>art. 250</i> .....	857
Explosão – <i>art. 251</i> .....	860
Uso de gás tóxico ou asfixiante – <i>art. 252</i> .....	862
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – <i>art. 253</i> .....	863
Inundação – <i>art. 254</i> .....	864
Perigo de inundação – <i>art. 255</i> .....	865
Desabamento ou desmoronamento – <i>art. 256</i> .....	867
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – <i>art. 257</i> .....	868
Formas qualificadas de crime de perigo comum – <i>art. 258</i> .....	870
Difusão de doença ou praga – <i>art. 259</i> .....	870

Capítulo II  
DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE  
COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – <i>art. 260</i> .....	872
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – <i>art. 261</i> .....	874
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – <i>art. 262</i> .....	875
Forma qualificada – <i>art. 263</i> .....	877
Arremesso de projétil – <i>art. 264</i> .....	877
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – <i>art. 265</i> .....	879
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico – <i>art. 266</i> .....	880

Capítulo III  
DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – <i>art. 267</i> .....	882
Infração de medida sanitária preventiva – <i>art. 268</i> .....	883
Omissão de notificação de doença – <i>art. 269</i> .....	884
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – <i>art. 270</i> .....	885
Corrupção ou poluição de água potável – <i>art. 271</i> .....	887
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – <i>art. 272</i> .....	888

Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – <i>art. 273</i> .....	890
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – <i>art. 274</i> .....	893
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – <i>art. 275</i> .....	894
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – <i>art. 276</i> .....	895
Substância destinada à falsificação – <i>art. 277</i> .....	896
Outras substâncias nocivas à saúde pública – <i>art. 278</i> .....	898
Substância avariada – <i>art. 279</i> (Revogado pela Lei 8.137/90) .....	899
Medicamento em desacordo com receita médica – <i>art. 280</i> .....	899
Comércio clandestino ou facilitação de uso – <i>Art. 281</i> (Revogado pela Lei 6.368/76)....	900
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – <i>art. 282</i> .....	900
Charlatanismo – <i>art. 283</i> .....	902
Curandeirismo – <i>art. 284</i> .....	903
Forma qualificada – <i>art. 285</i> .....	904

## TÍTULO IX

## DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – <i>art. 286</i> .....	905
Apologia de crime ou criminoso – <i>art. 287</i> .....	906
Quadrilha ou bando – <i>art. 288</i> .....	907
• Pontos relevantes para debate:	
A tipificação do delito de quadrilha ou bando na hipótese de crime continuado.....	910
A possibilidade de concurso de pessoas.....	910
O concurso do crime de quadrilha com outro delito qualificado pela mesma circunstância .....	910

## TÍTULO X

## DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

## Capítulo I

## DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – <i>art. 289</i> .....	911
Crimes assimilados ao de moeda falsa – <i>art. 290</i> .....	913
Petrechos para falsificação de moeda – <i>art. 291</i> .....	915
Emissão de título ao portador sem permissão legal – <i>art. 292</i> .....	916

## Capítulo II

## DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – <i>art. 293</i> .....	919
---	-----



Petrechos de falsificação – <i>art. 294</i> .....	922
Causa de aumento de pena – <i>art. 295</i> .....	923

### Capítulo III

#### DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – <i>art. 296</i> .....	924
Falsificação de documento público – <i>art. 297</i> .....	926
Falsificação de documento particular – <i>art. 298</i> .....	929
Falsidade ideológica – <i>art. 299</i> .....	931
• Pontos relevantes para debate:	
As diferenças entre falsidade material e ideológica .....	933
A possibilidade de haver falsificação em folha de papel em branco .....	933
Falso reconhecimento de firma ou letra – <i>art. 300</i> .....	934
Certidão ou atestado ideologicamente falso – <i>art. 301</i> .....	935
• Ponto relevante para debate:	
A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente .....	937
Falsidade de atestado médico – <i>art. 302</i> .....	937
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – <i>art. 303</i> .....	938
Uso de documento falso – <i>art. 304</i> .....	940
• Pontos relevantes para debate:	
A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento .....	941
O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento .....	941
Supressão de documento – <i>art. 305</i> .....	942

### Capítulo IV

#### DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – <i>art. 306</i> .....	944
Falsa identidade – <i>art. 307</i> .....	945
• Ponto relevante para debate:	
O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva .....	947
Falsa identidade – <i>art. 308</i> .....	947
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 309</i> .....	949
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 310</i> .....	950
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – <i>art. 311</i> .....	952

## TÍTULO XI

## Dos Crimes Contra a Administração Pública

## Capítulo I

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO  
PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – <i>art. 312</i> .....	955
• Ponto relevante para debate:	
O peculato de uso e o crime previsto no art. 312 .....	958
Peculato mediante erro de outrem – <i>art. 313</i> .....	959
Inserção de dados falsos em sistema de informações – <i>art. 313-A</i> .....	961
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – <i>art. 313-B</i> .....	963
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – <i>art. 314</i> .....	964
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – <i>art. 315</i> .....	966
Concussão – <i>art. 316</i> .....	967
• Ponto relevante para debate:	
O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão .....	969
Corrupção passiva – <i>art. 317</i> .....	969
Facilitação de contrabando ou descaminho – <i>art. 318</i> .....	972
Prevaricação – <i>art. 319</i> .....	974
Prevaricação – <i>art. 319-A</i> .....	975
Condescendência criminosa – <i>art. 320</i> .....	978
Advocacia administrativa – <i>art. 321</i> .....	979
Violência arbitrária – <i>art. 322</i> .....	981
Abandono de função – <i>art. 323</i> .....	982
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – <i>art. 324</i> .....	984
Violação de sigilo funcional – <i>art. 325</i> .....	985
Violação do sigilo de proposta de concorrência – <i>art. 326</i> (Revogado tacitamente pelo art. 94 da Lei 8.666/93) .....	987
Funcionário público – <i>art. 327</i> .....	987
• Pontos relevantes para debate:	
O conceito de entidade paraestatal .....	989
A possibilidade do conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime .....	989

## Capítulo II

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR  
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – <i>art. 328</i> .....	990
---	-----

Resistência – <i>art. 329</i> .....	991
• Ponto relevante para debate:	
O concurso entre os crimes de resistência e roubo.....	993
Desobediência – <i>art. 330</i> .....	994
• Ponto relevante para debate:	
O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário.....	997
Desacato – <i>art. 331</i> .....	998
Tráfico de influência – <i>art. 332</i> .....	1000
Corrupção ativa – <i>art. 333</i> .....	1002
Contrabando ou descaminho – <i>art. 334</i> .....	1003
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – <i>art. 335</i> .....	1006
Inutilização de edital ou de sinal – <i>art. 336</i> .....	1007
Subtração ou inutilização de livro ou documento – <i>art. 337</i> .....	1008
Sonegação de contribuição previdenciária – <i>art. 337-A</i> .....	1009

### Capítulo II-A

#### DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – <i>art. 337-B</i> .....	1012
Tráfico de influência em transação comercial internacional – <i>art. 337-C</i> .....	1013
Funcionário público estrangeiro – <i>art. 337-D</i> .....	1015

### Capítulo III

#### DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – <i>art. 338</i> .....	1017
Denúnciação caluniosa – <i>art. 339</i> .....	1018
• Ponto relevante para debate:	
A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa....	1021
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – <i>art. 340</i> .....	1022
Auto-acusação falsa – <i>art. 341</i> .....	1023
• Ponto relevante para debate:	
A questão do réu ter o amplo direito de mentir para se defender.....	1024
Falso testemunho ou falsa perícia – <i>art. 342</i> .....	1025
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade.....	1027
O concurso de pessoas no crime de falso.....	1029



Suborno – <i>art. 343</i> .....	1030
Coação no curso do processo – <i>art. 344</i> .....	1032
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 345</i> .....	1034
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 346</i> .....	1035
Fraude processual – <i>art. 347</i> .....	1036
Favorecimento pessoal – <i>art. 348</i> .....	1038
Favorecimento real – <i>art. 349</i> .....	1040
Exercício arbitrário ou abuso de poder – <i>art. 350</i> .....	1041
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – <i>art. 351</i> .....	1042
Evasão mediante violência contra pessoa – <i>art. 352</i> .....	1043
Arrebatamento de preso – <i>art. 353</i> .....	1045
Motim de presos – <i>art. 354</i> .....	1046
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – <i>art. 355</i> .....	1047
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – <i>art. 356</i> .....	1048
Exploração de prestígio – <i>art. 357</i> .....	1050
Violência ou fraude em arrematação judicial – <i>art. 358</i> .....	1051
Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – <i>art. 359</i> .....	1052

#### Capítulo IV

#### DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – <i>art. 359-A</i> .....	1055
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – <i>art. 359-B</i> .....	1057
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-C</i> .....	1058
Ordenação de despesa não autorizada – <i>art. 359-D</i> .....	1060
Prestação de garantia graciosa – <i>art. 359-E</i> .....	1061
Não cancelamento de restos a pagar – <i>art. 359-F</i> .....	1063
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-G</i> .....	1064
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – <i>art. 359-H</i> .....	1066
BIBLIOGRAFIA .....	1069